

**RELIGIOSIDADES:
UMA ANÁLISE DE DUAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS
DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO**

**RELIGIOSITIES:
AN ANALYSIS OF TWO COLLECTIONS OF BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL
TEXTBOOKS**

Elison Antonio Paim¹

Guilherme Braunsperger de Lima Vieira²

RESUMO: O Livro Didático é uma ferramenta fundamental na prática docente, ele tem no Brasil a diretriz dada pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e tem neste trabalho as questões étnico raciais inerentes à pluralidade cultural brasileira. Analisamos as coleções *Nova História Integrada* e *História Sociedade e Cidadania* presentes no PNLD 2015 sob o viés da religiosidade dos povos abordados, com a intenção de demonstrar a colonialidade das mentes; como a influência de uma historiografia eurocêntrica ainda é predominante dentro dos livros didáticos e como as religiosidades dos diferentes povos apresentados são tratadas nas coleções. Analisamos estas coleções didáticas pela perspectiva da decolonialidade, apoiados fundamentalmente em autores como Franz Fanon, Catherine Walsh, Homi Bhabha, Arturo Escobar, Walter D. Mignolo e Stuart Hall; na análise de Livros Didáticos há aproximação da metodologia de abordagem de Circe Bittencourt e Kazumi Munakata. Em ambas as coleções, a história dos povos oprimidos tem pouca expressão em comparação com a história europeia e eurocentrada; as discussões sobre exploração e opressão durante o período colonial são suprimidas; a cultura e as religiosidades têm diferentes espaços, minimizando as Áfricas e as Américas, homogeneizando-as e até justificando o caráter civilizador do colonizador.

Palavras-chave: Livro Didático. Decolonialidade. PNLD 2015. Religiosidades.

ABSTRACT: The textbook is a fundamental tool for teaching. In Brazil, it has the guideline by the National Plan of the Didactic Book (PNLD); in its project analyzed in this research work there is the function of working with racial and ethnic issues

¹ Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UFSC), de Metodologia de Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação pela Unicamp e Mestre em História pela PUC-SP. Líder do grupo de pesquisa Pameduc (UFSC), Vice-líder do grupo de pesquisa Rastros (USF) e membro do grupo de pesquisa Kairós (UNICAMP). E-mail: elison0406@gmail.com

² Professor de Ensino Fundamental e Médio, Participante do grupo de pesquisa Pameduc (UFSC) Bacharel e Licenciado em História (UFSC), Mestre em Ensino de História (Profhistória-UFSC). E-mail: guilhermeblv@gmail.com

inherent in Brazilian cultural plurality. This research analyzes the collections *Nova História Integrada* and *História Sociedade e Cidadania* from the PNLD 2015 under the bias of the religiosity how the peoples addressed are intended to demonstrate the coloniality of minds; the influence of the still predominant eurocentric historiography in the textbooks; and how are treated the religiosities of the different peoples presented in the collections. I analyze the collections by the decolonial perspective, supporting myself fundamentally in authors like Franz Fanon, Catherine Walsh, Homi Bhabha, Arturo Escobar, Walter Mignolo and Stuart Hall, and Circe Bittencourt and Kazumi Munakata which method is approximated in the analysis of the textbooks. In both collections the history of the oppressed peoples has a little expression compared to the European and eurocentred history; the discussions on exploitation and oppression during colonial age are suppressed; the culture and religiosities have different spaces, minimizing the Africas and as Americas, homogenizing them and even justifying the civilizing character of the colonizer.

Keywords: Decoloniality. PNLD 2015. Religiosities. Textbook.

Introdução

Este texto tem como objetivo comunicar os resultados obtidos após dois anos de pesquisa no Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória na Universidade Federal de Santa Catarina. Foram analisados os livros didáticos *Nova História Integrada* e *História Sociedade e Cidadania* utilizados no Brasil entre os anos de 2015 e 2018, com uma abordagem decolonial focada nas religiosidades.

O livro didático, comumente, atende a considerações pedagógicas e políticas referentes ao seu tempo, a um projeto educacional nacional em que no Brasil, em não raros casos, tem a função de homogeneização em torno de um plano de escrita da história focado em um modelo apropriado ao seu tempo e a constituição da História enquanto campo de pesquisa, ciência e ensinável³.

³ Esta afirmação se explica nos dias atuais quando vemos as disputas políticas em torno de leis sobre a obrigatoriedade do ensino de determinados conteúdos como por exemplo a Lei 9.394 de 20/12/1996 que normatiza a educação nacional que recebe o adendo da Lei 10.639 de 09/01/2003 que tornou obrigatória o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e colocando em seu artigo 79 – B nos calendários escolares o dia 20 de Novembro como “dia da consciência negra” e posteriormente Lei 11.645 de 10/03 de 2008 inserindo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena além de manter os estudos referentes a cultura e história afro-brasileira e o “dia da consciência negra”. Estas leis sendo alvo de críticas e discussões que podem levar ao fim estas obrigatoriedades na eminência do projeto do “Novo ensino Médio” aprovado pelo Senado Federal no dia 08/02/2017, pelo Congresso Nacional no dia 14/02/2017 e sancionado em 16/02/2017. A velocidade com que foi aprovado este projeto de Lei demonstra a falta de diálogo com a população durante o processo de tramitação entre os poderes Legislativo e Executivo, após uma mudança brusca no rumo da política nacional com um Impeachment que levou ao

Acreditamos ser insuficiente pensar que os atuais estudos referentes a culturas subalternas, dentro dos padrões ocidentais de escrita e narração, serão suficientes para colocar em destaque aqueles que foram sempre considerados subalternos sem a ruptura dos padrões acadêmicos impostos pela academia ocidental. Franz Fanon⁴ ao discorrer sobre o intelectual formado nos moldes ocidentais como mais um replicador da cultura dos colonizadores, pois “seu psiquismo, seu ego se abriga comodamente por trás de uma cultura francesa ou alemã que provou o seu valor e que ninguém contesta.” (FANON, 1968, p. 174).

O livro didático é um importante instrumento de controle curricular, um dos principais agentes integrantes da tradição escolar, fazendo parte do cotidiano escolar a pelo menos dois séculos, sendo um material utilizado por professores e alunos. A historiadora Circe Bittencourt (2004, p. 300) afirma que “diversas pesquisas têm revelado que são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um ensino tradicional”, porém o uso do livro didático não é questionado⁵, e sim suas deficiências dentro do campo do ensino, e os conteúdos abordados. Na sequência ressalta ainda o caráter comercial e industrial do Livro Didático como um produto fabricado com aspectos materiais determinados, é fruto de um mercado editorial e visa lucro.

Embora criticado, o Livro Didático constitui um suporte dos conhecimentos escolares propostos dentro dos currículos educacionais brasileiros, “interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-lo, seguindo na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais” (BITTENCOURT, 2004 p. 301).

Esta validação é dada por diversos motivadores, uma elite política que disputa interesses com grupos subalternos que lutam por visibilidade dentro

poder o vice-presidente eleito que não segue os planos de governo aos quais foram apresentados durante a campanha.

⁴ Autor martinicano, formado em psiquiatria na França, conhecido pela luta na denúncia dos males do colonialismo francês e publicação de vários artigos. Falecido em 1961, nos Estados Unidos enquanto tratava-se de Leucemia (**África em Questão**, 16 out 2012).

⁵ O questionamento deste trabalho tem como foco as ausências do Livro Didático, suas não apresentações, suas não abordagens, suas ausências em detrimento do que está apresentado. Questionamentos sobre imagens e organização de seus conteúdos.

dos planos de educação, o já citado mercado editorial bastante pautado na ótica capitalista que coloca o Livro Didático como mais um produto a ser comercializado, e por isso, necessita ser vendável e gerar lucro.

Nos apoiamos em Fanon para explicar a busca por uma cultura, de forma a explicitar a causa e o efeito na história, pois há uma paixão bastante comum nos pesquisadores colonizados em buscar uma história nacional baseada em uma era pré-colonização fruto da busca pela legitimidade cultural antes da chegada e da ocupação das metrópoles. Uma busca em que estes pesquisadores “obstinam-se, com o coração cheio de fúria e o cérebro ardente, em retomar contacto com a seiva mais antiga, mais pré-colonial de seu povo.” (FANON, 1968. p. 174).

Todo ser humano que nasce em determinada conjuntura social precisa antes de tudo refletir sobre seu local de origem para compreender outros espaços, entender a si mesmo, para poder compreender o outro e dialogar com o outro. Como um professor que precisa entender de seu aluno para poder explicar algo sem que tudo pareça desconectado de sua vivência fora do ambiente escolar para que possa fazer sentido o que está sendo dito (FREIRE, 1996).

O papel da colonialidade deve ser analisado dentro da ótica dos colonizados, as transformações no mundo moderno no decorrer da colonização e a instituição do próprio capitalismo graças a descoberta das Américas e da intensificação de um comércio desigual com as Áfricas. E como a cultura europeia, representados uma mudança teórica explicitando as condições que a colonialidade do poder foi e continua sendo utilizada de maneira estratégica pela colonialidade, seja pela expansão da cristandade e da dominação cultural que definiu a identidade europeia e as bases para o capitalismo se originando no século XVI. (MIGNOLO, 2005)

Estas definições de colonialidade do poder geram as hierarquias de poder que estão presentes na dissertação durante a investigação nos livros didáticos. Uma hierarquia cultural expressa pela experiência colonial nas

Américas, pois a expansão da cristandade para além do Mar Mediterrâneo é tida como um dos agentes de “civilização” dos povos autóctones⁶.

A análise proposta para o objeto tem como foco principal a compreensão de como são abordadas questões relacionadas à religiosidade das diferentes civilizações⁷ apresentadas nos livros didáticos selecionados. Temos como objetivo a compreensão do livro didático e a qual proposta política ele está vinculado. Investigação em torno das relações da colonialidade, como já citado acima, a história nacional é marcada pela característica eurocêntrica no início de sua escrita.

O discurso homogeneizado da cultura é algo debatido dentro da educação de maneiras variadas. Neste momento, nos ateremos na organização cultural contida em documentos oficiais ligados a produção do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e sua abordagem quanto à cultura e a estrutura do ensino básico.

Contudo, esta visão de cultura múltipla, para além do pensamento de homogeneidade dentro da educação, se soma as teorias de currículo pós-críticos. Estes trabalham a cultura pela sua formação estrutural para além da relação entre dominantes e dominados. Dessa forma, a relação que se cria entre estas estruturas, as influências mútuas existentes dentro das sociedades.

Hoje há uma visibilidade maior da cultura negra em todo o mundo como já afirmou Stuart Hall (2001). Porém, de forma alguma significa a quebra do paradigma da invisibilidade, ou uma vitória conseguida em que a cultura marginal deixa de ser marginal e se torna hegemônica.

As culturas negras e indígenas, muitas vezes, são trazidas como culturas marginais, culturas que não estão baseadas no centro das discussões e de pesquisa, as relações existentes entre as culturas são bastante marcadas por estereótipos e conceitos previamente adquiridos,

⁶ O uso do termo “Autóctone” também tem a função de provocação, pois o termo poderia ser substituído por “povos originários” ou “indígena” que teriam a mesma compreensão pelo leitor.

⁷ O termo “civilização” é utilizado aqui mais como uma provocação. Ao invés de utilizar a expressão “diferentes povos” para discutir a forma como os povos das américas e das áfricas são tratados em relação aos povos do ocidente.

conceitos estes que em nada auxiliam na leitura destas culturas fora do local de marginalidade que se encontram.

As discussões referentes a esta análise de centro e margem são presentes dentro do pensamento da relação de modernidade e pós modernidade, e vigoram também pela noção de globalização e o advento da tecnologia e da visibilidade. Também dados pelo acesso a meios de informação e divulgação. Hall no já referenciado artigo de 2001 aborda esta questão do crescimento da visibilidade da cultura como um resultado de políticas culturais da diferença e da luta dos grupos sociais por visibilidade, esta luta sendo importante não somente por grupos sociais ligados a raça, mas também a luta em torno do feminismo e das políticas culturais, mas não necessariamente dentro de uma ótica dual de "ou/ou, ou vitória total ou total incorporação, a qual quase nunca acontece em políticas culturais, mas com a qual as críticas culturais reconfortam a si mesmas" (HALL, 2001, p. 150).

A visão de cultura e educação se misturam dentro da chave do pensamento para a criação de uma identidade proposta pelo estado, traçado dentro de uma educação dividida por conteúdos, disciplinas, e organização seriada de conteúdo, o que se não for tomado os devidos cuidados podem gerar uma nova dicotomia que não refletiria a sociedade e suas relações. Uma educação de estrutura pós-colonial deve estar integrada em uma forma de representação "do Outro que estão em toda parte nos currículos contemporâneos" uma visão que deve ser intercultural questionando as experiências e não separando os "conhecimentos, cultura e estética", mas integrados aos variados conhecimentos e locais sociais. (SILVA, 2010, p. 128).

O olhar sobre as culturas a serem abordadas nos Livros Didáticos deve respeitar temporalidades e narrativas históricas diferentes e as relacionando para facilitar⁸ uma maior pluralidade de leituras. Vera Candau (2012, p. 242) compara o "multiculturalismo interativo" a "interculturalidade" e se

⁸ Encaramos as obras didáticas como facilitadores do trabalho do professor, que, por muitas vezes, viabilizam o trabalho do docente em sala de aula. Acreditamos que os Livros Didáticos deveriam ser além de meros emaranhados organizados de conteúdos ordenados de maneira arbitrária deveriam ser fonte de reflexão. Auxiliando o professor em sala de aula na construção da cidadania e do sujeito crítico.

coloca dentro desta perspectiva por acreditar “mais adequada para a construção de sociedades democráticas que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade e reconhecimento dos diferentes grupos culturais”. Assim, partimos para a análise dos livros que são objeto de investigação nesse trabalho, compreendendo como um ideal de cultura que reconhece diferentes modos de pensar, agir e se relacionar com a cultura, experiência e sociedade:

A escolha pela análise com um viés decolonial se dá pela trajetória dentro de salas de aula, nas quais encontra-se nos conteúdos de História antiga a explicação da base civilizatória em povos que habitavam o entorno do Mar Mediterrâneo, e uma história ligada a religiosidade que, por sua vez, segue uma trajetória quase que bíblica, tendo os povos analisados (egípcios, babilônios, mesopotâmios) ligados a uma cultura judaico-cristã ocidental.

As bases filosóficas estão normalmente ligadas a cultura Greco-romana, isto é, um caráter hegemônico nos livros didáticos quando tratam de temas como: civilização; corpo jurídico; democracia; política; dominação, e conceitos de: monarquia; república; e império. Estas bases são colocadas dentro dos conteúdos ligados a antiguidade clássica como Grécia e Roma, nos Império Bizantino e Carolíngio... Nestes, a origem da história é dada no entorno das relações políticas ligadas ao Mar Mediterrâneo, que tem prosseguimento com as grandes navegações e ao pioneirismo europeu na relação de “civilizar” os povos de outras regiões.

O pensamento decolonial contrapõe-se a esta hegemonia, historicizando as dominações coloniais da economia, do imaginário e das mentes. Dialogamos com a definição de Nelson Maldonado-Torres (2016) sobre o que seria uma atitude decolonial, a insurreição contra o que não é questionado por ser padrão. Seu projeto que chama de atitude decolonial encontra sua base nos projetos de resistência que questionam e buscam a mudança nos padrões de existir impostos pela colonialidade, assim se libertando dos conceitos de ser, saber, poder e natureza impostos durante toda uma era em que uma dita “Ciência de iluminação”, projeto de libertação que se consolida, segundo o autor, na Revolução do Haiti que deu

início aos processos de emancipação na região do Caribe, inspirando projetos radicais de emancipação até os dias atuais.

A teoria da subalternação e da hierarquização vem juntamente com as teorias Raciais, que explicitam a chave do pensamento branco, indígena e africano vem a demonstrar a importância de cada uma das raças. O branco possui o caráter europeu civilizador e evoluído; os indígenas e africanos os gentios que ainda não tem comunicação com a cultura ocidental e precisam do contato, mesmo que de forma violenta, da catequese e da modernidade civilizatória. Indígenas e africanos, muitas vezes, narrados como seres inferiores que por não aceitarem o trabalho no modelo europeu capitalista moderno justificam o uso da força para que haja progresso dentro da colonização.

Na experiência de sala de aula muito estudamos acerca da mitologia criacional judaico-cristã, que permeia a história oficial da civilização europeia. As diásporas hebraicas como exemplo de movimentação popular pela região do Mediterrâneo, e a mudança cultural da região quando houve a mudança do pensamento politeísta dos grupos da região pelo monoteísta. O Cristianismo, como um dos principais motivadores para mudanças dentro da Roma Antiga - que culminaram com a divisão e queda do Império do Ocidente - se colocou em contraposição aos mitos criacionais africanos que poderiam ajudar a compreensão referente ao tráfico negreiro e as diferentes regiões africanas que influenciam as diferentes regiões do país.

Também se opôs a mitologia indígena que poderia explicar a relação dos povos autóctones do Brasil com a terra e outras sociedades, incluindo a europeia no momento da catequese forçada pelos jesuítas, e as questões que envolvem os povos indígenas nos dias de hoje e as polêmicas relacionadas a demarcação de suas terras, isto não deixando espaço para se tratar de temas culturais étnicas por conta de uma perspectiva linear e secular (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 84).

A organização do pensamento europeu pode ser atrelada diretamente a religiosidade secular. O mundo moderno, ligado a ciência europeia, tenta se desvencilhar da estrutura de pensamento religioso por se basear na razão, porém, sua escrita e identidades estão diretamente ligadas as

culturas em torno do mar Mediterrâneo e uma história contada a partir das civilizações egípcia e daquelas que habitavam a região da Mesopotâmia, Grécia e Roma, passado que se confunde com a religião cristã e a História, que dá base da identidade europeia com os povos formadores das atuais nações europeias. A consciência moderna do ocidente se define como consciência liberal que visa evitar dogmatismo e que assim respeita os pluralismos religiosos. Esta visão liberal se afasta do dogmatismo secular cristão e é vista como um instrumento civilizatório "pois criam consciência sobre e avançam no projeto e na atitude da Modernidade." (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 81)

A consciência moderna europeia traz a chave da influência cultural deste continente que é marcada por uma forma de interpretar e de encarar o mundo, e também demarcar termos que geram hierarquia como "civilização" e "periferias", como se as sociedades caminhassem de forma linear e organizada, a linha secular está presente dentro da cultura eurocêntrica, pois é uma forte linha das sociedades de cultura majoritariamente branca, isto embasando o pensamento civilizador europeu, formando a diferença entre europeus e não europeus, "estas linhas e seus significados se cruzam e criam múltiplas possibilidades para a continuação do "fato da desumanização", tanto nos centros metropolitanos europeus como nas denominadas periferias." (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 85).

Este debate segundo Nelson Maldonado-Torres, só pode ser resolvido quando tratarmos os temas étnicos e culturais não somente abrindo novos espaços de estudo dentro da academia, mas criando "faculdades do Terceiro Mundo"⁹ para que seja possível sair da organização cultural de conhecimentos vigentes.

1. As coleções didáticas

Nossa análise neste artigo não será da totalidade das coleções didáticas, será baseada nos primeiros volumes de cada uma delas nos quais

⁹ O autor se utiliza deste termo fazendo alusão ao período da Guerra Fria, em que os países do Primeiro Mundo (Capitalistas desenvolvidos) e do Segundo Mundo (países de economia planificada) disputavam as influências de países considerados menos civilizados.

aparecem mais explicitamente as questões religiosas. Traremos a imagem do sumário das coleções para apresentar e demonstrar a organização didática das obras.

Antes da análise específica de cada um dos volumes, evidenciamos a forma eurocêntrica em que os livros se dedicam, tendo em sua formatação a marca da diagramação feita em feiras europeias e na organização didática de caráter europeu.

A análise inicial é da coleção *Nova História Integrada*, o primeiro volume é composto por 312 páginas, 27,5 cm x 21,4, é dedicado ao primeiro ano do Ensino Médio. O volume é dividido em três unidades, organizado em dezessete capítulos, tendo um voltado para "História da África", e um voltado para "O Novo Mundo" que trabalham povos originários, tendo todos os outros capítulos temas específicos referentes a nominada História Geral com temas dispostos cronologicamente entre o Surgimento do Homem até as Reformas Religiosas.

Figura 1 - Nova História Integrada – Volume 1. Sumário

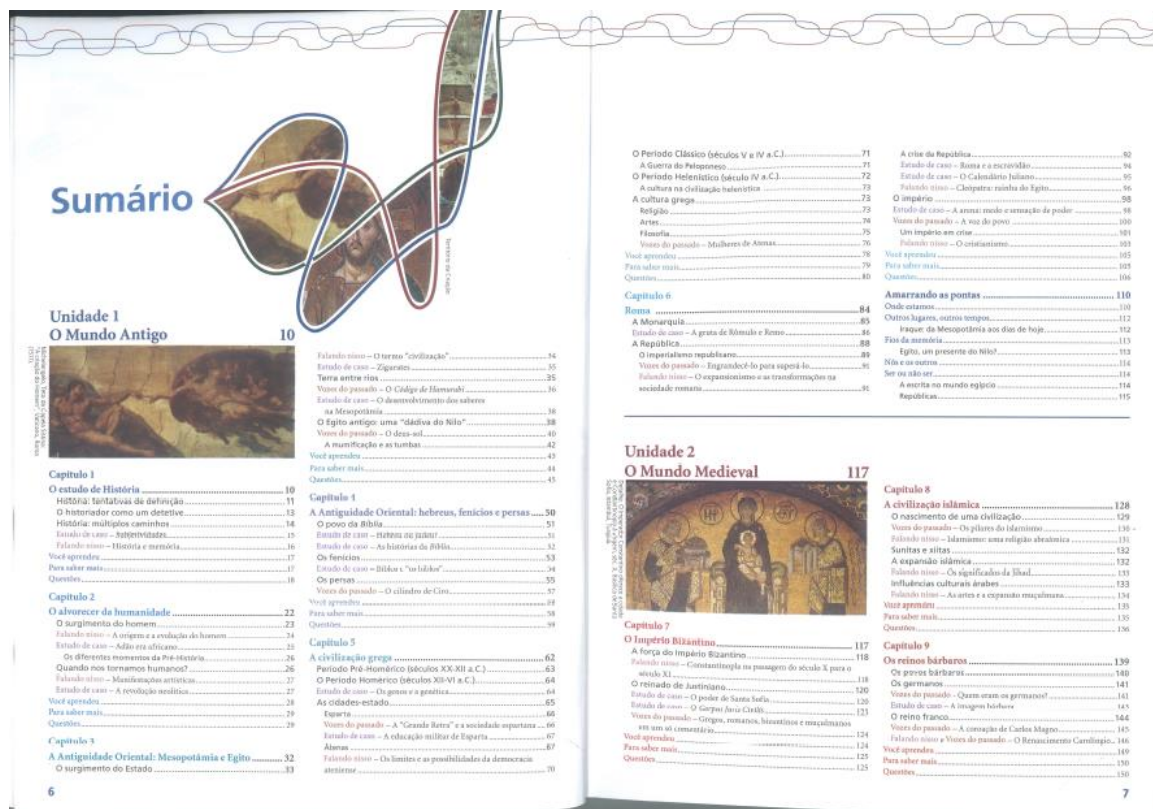



Figura 2 - Nova História Integrada – Volume 1. Sumário

<p>Capítulo 10</p> <p>A Idade Média 154</p> <p>As origens do feudalismo 155</p> <p>Contribuições romanas para o feudalismo 155</p> <p>Contribuições germânicas para o feudalismo 155</p> <p>A sociedade feudal 155</p> <p>Sociedade e política feudal 155</p> <p>Falando sobre – Sociedade medieval, uma sociedade sem mobilidade 156</p> <p>Questões (o que leram) 157</p> <p>Vozes do passado – As rotas das navegações 158</p> <p>Para saber mais 158</p> <p>Quanto 159</p> <p>Estudo de caso – O tempo da Idade Média 159</p> <p>Serão os que mudaram 160</p> <p>A Idade Média para além do feudalismo 161</p> <p>A organização da Igreja 161</p> <p>Conflitos entre Igreja e Estado 162</p> <p>Surgem os monges 163</p> <p>Vozes do passado – Os copistas medievais 163</p> <p>Movimentos de reforma na Igreja Medieval 164</p> <p>As heresias medievais 165</p> <p>Vozes do passado – Condição à heresia 166</p> <p>Vozes do passado 167</p> <p>Para saber mais 167</p> <p>Quanto 168</p> <p>Capítulo 11</p> <p>As Cruzadas e o renascimento comercial e urbano 173</p> <p>As Cruzadas 173</p> <p>Unidade 3</p> <p>A nova medida do Homem 202</p> <p></p> <p>Capítulo 12</p> <p>As Grandes Navegações 202</p> <p>As Grandes Navegações 203</p> <p>Falando sobre – Navegar e explorar 203</p> <p>Capítulo 13</p> <p>O Absolutismo 217</p> <p>Concentrando poderes 218</p> <p>Falando sobre – Magalhães e o catalão 218</p> <p>A sociedade do Antigo Regime 219</p> <p>Falando sobre – A importância do estilo de vida na sociedade absolutista 219</p> <p>Capítulo 14</p> <p>O Humanismo e o Renascimento cultural 236</p> <p>A criação de uma cultura do Renascimento 237</p> <p>Estudo de caso – A invenção da imprensa 238</p> <p>O berço do Renascimento 240</p> <p>Estudo de caso – Visões do passado 242</p> <p>Perspectiva – A janela da Ilusão 243</p> <p>Vozes do passado – Comparando 243</p> <p>O Renascimento se espalha pela Europa 243</p> <p>Vozes do passado – O boçom de Shakespeare 244</p> <p>Estudo de caso – A Utopia de Thomas More 244</p> <p>Falando sobre – Galileu e o colina no Vaticano 246</p> <p>Vozes do passado 246</p> <p>Para saber mais 247</p> <p>Quanto 248</p> <p>Capítulo 15</p> <p>Reforma e Contrarreforma 251</p> <p>A Reforma Religiosa 252</p> <p>Vozes do passado – Condição de outras segundas 252</p> <p>Vozes do passado – No teatro 253</p> <p>O luteranismo 254</p> <p>Vozes do passado – As vozes de Lutero 254</p> <p>Vozes do passado – As vozes de sete cabeças 256</p> <p>Calvinismo 257</p> <p>A reforma anglicana 257</p> <p>Falando sobre – Um balanço de reforma 258</p> <p>A Contrarreforma 259</p> <p>Falando sobre – A Inquisição portuguesa 259</p> <p>Vozes do passado – Mãos dilatadas 260</p> <p>Falando sobre – De Jesus 261</p> <p>Vozes do passado 262</p> <p>Para saber mais 263</p> <p>Quanto 264</p> <p>Capítulo 16</p> <p>O Novo Mundo 268</p> <p>Para estudar a América Pré-Colombiana 269</p> <p>Origens do homem americano 269</p> <p>A civilização maia 270</p> <p>Capítulo 17</p> <p>Uma história da África 285</p> <p>Diversidade e pluralidade na África 286</p> <p>Falando sobre – Arqueologia na África 287</p> <p>As cidades e as organizações políticas 288</p> <p>Estudo de caso – Império, reino, Estado, cidade 289</p> <p>A África antes do século XV 289</p> <p>Contatos culturais: judaísmo, cristianismo e islamismo na África 289</p> <p>No oeste da África: Kati, Axum e os Reinos da Núbia 290</p> <p>No África Ocidental: Gana e Mali 291</p> <p>A África durante o comércio marítimo 293</p> <p>O comércio e a presença de chegado dos europeus 293</p> <p>Estrutura social, escravidão e o tráfico de escravos na África 295</p> <p>Falando sobre – O conceito de escravidão 297</p> <p>Para saber mais 297</p> <p>Quanto 298</p>	<p>Capítulo 18</p> <p>O Absolutismo francês 221</p> <p>Estudo de caso – O absolutismo político e a construção do Império do rei Luís XIV 224</p> <p>O Absolutismo inglês 225</p> <p>As Revoluções Inglesas 227</p> <p>A Revolução Puritana 227</p> <p>A República Puritana 227</p> <p>Vozes do passado – Interpretando o fim da Revolução 228</p> <p>A Revolução Gloriosa 229</p> <p>O mercantilismo 229</p> <p>Os diferentes mercantilismos 230</p> <p>Vozes do passado 230</p> <p>Para saber mais 231</p> <p>Quanto 231</p> <p>Capítulo 19</p> <p>Estudo de caso – Pirâmide mais em calendário e observatório astronômico 271</p> <p>A civilização asteca 271</p> <p>Estudo de caso – A religião asteca e os sacrifícios humanos 272</p> <p>Falando sobre – A origem do deus Quetzalcoatl 274</p> <p>Os Incas 274</p> <p>Falando sobre – O milho de Teotihuacan 275</p> <p>Estudo de caso – Os Incas que habitaram o Brasil 275</p> <p>Falando sobre – A antropologia 277</p> <p>Estudo de caso – Algumas alianças entre indígenas e portugueses 278</p> <p>Vozes do passado 279</p> <p>Para saber mais 280</p> <p>Quanto 280</p>
--	---

A segunda coleção analisada, *História Sociedade & Cidadania* da editora FTD (BOULUS JUNIOR, 2013) também é dividida em três volumes com cada um dedicado a um ano do Ensino Médio.

O primeiro volume contém 288 páginas, 27,5cm x 20,5 cm, é dedicado ao primeiro ano. Abaixo apresentamos o Sumário do primeiro volume da editora FTD.

Figura 3-História Sociedade & Cidadania – Volume 1. Sumário

SUMÁRIO	
UNIDADE I	
Técnicas, tecnologias e vida social 8	
Capítulo 1 - História, tempo e cultura	10
• Atividades	19
Capítulo 2 - A aventura humana	23
• Atividades	41
UNIDADE II	
Cidades: passado e presente 48	
Capítulo 3 - Mesopotâmia	50
• Atividades	58
Capítulo 4 - África antiga: Egito e Núbia	62
• Atividades	76
Capítulo 5 - Hebreus, fenícios e persas	80
• Atividades	91
Capítulo 6 - A China antiga	95
• Atividades	103
UNIDADE III	
Democracia: passado e presente 108	
Capítulo 7 - O mundo grego e a democracia	110
• Atividades	121
Capítulo 8 - Cultura, religião e arte grega	124
• Atividades	138
Capítulo 9 - Roma antiga	143
• Atividades	154
Capítulo 10 - O Império Romano	159
• Atividades	170
Capítulo 11 - A crise de Roma e o Império Bizantino	174
• Atividades	186
UNIDADE IV	
Diversidade: o respeito à diferença 192	
Capítulo 12 - Os francos	194
• Atividades	201
Capítulo 13 - Feudalismo europeu: gestão e crise	205
• Atividades	221
Capítulo 14 - Tempos de reis poderosos e impérios extensos	226
• Atividades	241
Capítulo 15 - Civilização árabe-muçulmana	246
• Atividades	253
Capítulo 16 - Formações políticas africanas	257
• Atividades	267
Capítulo 17 - China medieval	272
• Atividades	280
Bibliografia consultada	286
Sugestões de filmes	287

Todos os volumes são divididos em quatro unidades, tendo o primeiro volume, dedicado ao primeiro ano do Ensino Médio, contando com dezessete capítulos. A primeira unidade deste volume trabalha questões conceituais de quanto a “História, tempo e cultura” e “A aventura humana”, trabalhando os conceitos inerentes às ciências históricas. A segunda unidade trata a urbanização havendo um capítulo específico que trata do continente africano (Capítulo 4 – África antiga: Egito e Núbia) juntamente com “Mesopotâmia”, “Hebreus, Fenícios e Persas” e também “China antiga” (Capítulo 5 - Hebreus, fenícios e persas, Capítulo 6 – A China antiga).

A terceira unidade do volume se destina aos conceitos de democracia, pautando-se especificamente no conceito dos povos do Mediterrâneo antigo, Gregos e Romanos e sua respectiva cadência de eventos históricos. A última unidade do volume se divide em seis capítulos que tratam do período temporal da Idade Média, contendo um capítulo específico para a “Civilização Árabe-muçulmana”, um para “Formações

políticas africanas” e um para “China medieval” que são respectivamente capítulos quinze, dezesseis e dezessete. O segundo volume contém 288 páginas, 27,5cm x 20,5 cm, é dedicado ao segundo ano do Ensino Médio.

A coleção *História Sociedade & Cidadania* organiza seus conteúdos de maneira temática, menos arraigado à cronologia e mais atenta a eixos em comum, conceitos próximos, em primeiro plano, sendo organizados cronologicamente como um balizador dentro dos eixos. A interlocução entre os temas e as relações são feitas através de propostas de interação com o professor e explicadas dentro do manual do professor. A coleção Nova História Integrada da editora Companhia da Escola se prende mais à cronologia temporal dividindo suas unidades pela sucessão de eventos históricos em duas “idades”.

Cronologicamente, as coleções trazem, em seu primeiro volume, conteúdos voltados para a Pré história, História Antiga e História Medieval, em que se encerra os primeiros volumes das coleções. A editora FTD fez a opção por não trabalhar as sociedades americanas pré colombianas neste volume, mas trabalha os povos do Mediterrâneo clássico e os denominados “povos bárbaros”, formação do feudalismo e monarquias e, como já citado anteriormente, três capítulos no final do volume são dedicados as civilizações: Árabe-Muçulmana (dentro do contexto temporal apresentado de crise e queda do Império Romano até as cruzadas); Formações políticas africanas (com uma temporalidade maior do que a apresentada no decorrer da unidade, mas dentro da temporalidade do volume em que está inserida, visando a explicação da formação dos impérios, reinos e povos da África do século VII até o contato com os europeus no século XV); “China Medieval” (o capítulo relacionado a China trabalha além da temporalidade restrita, trazendo elementos dos dias atuais por conta das permanências de conflitos até o período contemporâneo).

A coleção da editora Companhia da Escola vai temporalmente até as “Reformas Religiosas” e “Grandes Navegações” fazendo a opção por trabalhar os conteúdos referentes a América Pré Colombiana e as civilizações Inca; Maia e Asteca; como também “Os índios que habitavam o Brasil”. Os conteúdos aparecem ordenados cronologicamente, dentro do

volume, no momento em que os europeus chegam na América. Os Árabes estão contidos dentro da unidade dois "O Mundo Medieval" que se destina explicar a queda do Império Romano e a formação do Império Bizantino e Reinos Bárbaros e as relações trabalhadas são ordenadas pela expansão do Império Islâmico. No Capítulo 11 "As Cruzadas e o renascimento comercial e urbano" a relação dos povos árabes e os cristãos são citados dentro de um box de informações tratando de trechos referentes ao período.

2. As religiosidades

Abordaremos a relação dada a povos da antiguidade e suas religiões, na Europa, África e América, citaremos os trechos do livro e as questões propostas para serem trabalhadas em sala de aula.

Percebemos as diferentes formas de analisar e expor as religiões de diferentes matrizes, principalmente quando se trata da formação religiosa brasileira. A importância dada as religiões antigas, tratadas como mitologia, e para a influência das religiões de origem judaica para a formação das sociedades demonstrando um atrelamento ao mundo ocidental, enquanto o tratamento das religiões dos povos autóctones da América é dado através do exotismo, tratando em box dentro dos livros as questões de politeísmo, sacrifícios humanos e antropofagia.

Começamos pela análise do livro da editora Companhia da Escola, analisando aqui os livros em ordem linear de apresentação, do primeiro volume ao terceiro e do primeiro capítulo ao último.

Em um box no Capítulo 3, o livro propõe um estudo de caso referente ao povo Zigurate, que habitava a região entre o Egito e a Mesopotâmia, chamado de crescente Fértil por ser uma região de sociedades dependentes da plantação através do regime de rios -, o texto contido neste estudo afirma "que a religião mesopotâmica era politeísta" e sem crença na vida após a morte. Informa que sua organização religiosa tornou possível a organização de toda a sociedade em torno das crenças dirigidas pelo templo, criando a divisão de trabalho entre os que plantavam; criavam diques; esculpam; e comercializavam, onde os dirigentes

“assumiam as funções de arquitetos, engenheiros e mestres de obras em nome dos deuses que representavam” (FERREIRA; FERNANDES, 2015a, p. 35).

O capítulo segue com os estados que se formaram na região, povos do crescente fértil, da história destas civilizações com o modelo de estado teocrático que era assumido por seus governantes, na Mesopotâmia os Patesi tendo o caráter de representante de Deus e no Egito o Faraó sendo tratado como um Deus vivo. Não há aprofundamento, na parte destinada ao Egito, nos deuses cultuados pela civilização fora da perspectiva dos costumes e eventos políticos.

Em seu Capítulo 4 tratando da Antiguidade Oriental traz a Bíblia como fonte histórica para apoiar a narrativa do povo Hebreu, porém, é criterioso ao levantar as questões referentes a falta de documentos do período para apoiar as afirmações contidas no livro sagrado.

O quinto capítulo, destinado a tratar da Grécia, a religião grega está dentro de um subtópico específico em tópico destinado “A cultura grega” (FERREIRA; FERNANDES; 2015a, p. 73), tratando das características da religião grega estar ligada ao cotidiano como “Trovões, sonhos, sorte e azares eram considerados, por exemplo, símbolos da ira ou da felicidade das entidades divinas”. Mas as questões religiosas aparecem no subtópico que trata das artes por conta de sua influência principalmente na arquitetura e na escultura.

Em Roma, sexto capítulo, não há menções a religiosidade nas diferentes fases da civilização, monarquia; república; e império, até que, na página 103 há a afirmação de que “Teodósio ainda oficializou o cristianismo, convertendo-se (380) e proibindo outros cultos (391)” porém, sem tratar das implicações de tal atitude, ou o que o havia motivado para chegar a esta decisão.

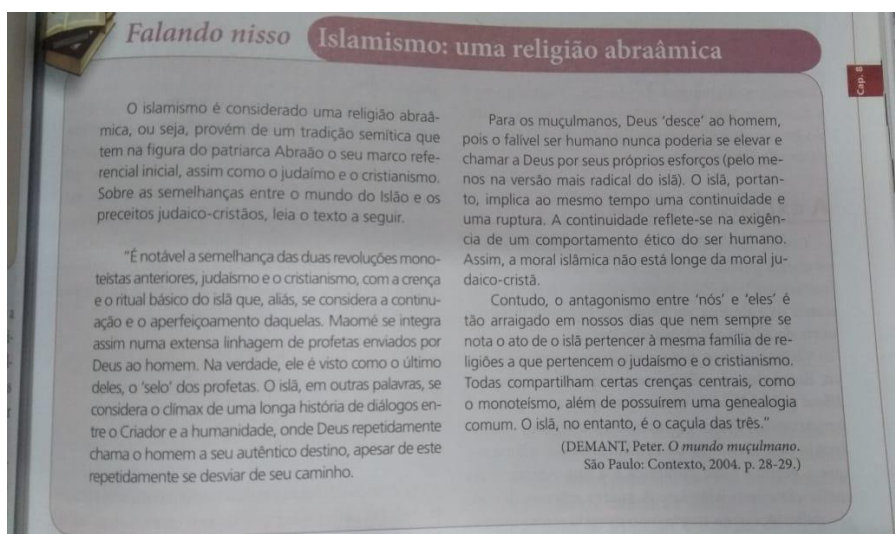
A questão é abordada em um box denominado “Falando nisso”, que encerra o capítulo. Aborda a expansão do cristianismo como um fator de revoltas locais na região da Palestina; o caráter monoteísta da religião; e a perseguição sofrida pelos cristãos dentro do Império Romano com uma citação do livro “Grécia e Roma” de Pedro Paulo Funari.

A segunda unidade “Cidades: passado e presente” do primeiro volume, dedicada a história medieval, se inicia no capítulo 7, tratando do Império Bizantino. Tem uma narrativa voltada para as relações entre os eventos ocorridos entre o século X e o século XI com grande foco no governo do Imperador Justiniano. As relações entre o cristianismo e o islamismo aparecem neste capítulo em dois momentos, o primeiro em um “Estudo de caso” destinado a trabalhar a importância de “Santa Sofia”, e quando trata das relações culturais de troca entre Ocidente e Oriente, mas a religião islâmica só será apresentada no capítulo seguinte.

O capítulo oito – “A civilização islâmica” – é dedicado a civilização islâmica, e inicia descrevendo a criação da religião concomitantemente com a civilização pela história de Maomé. Nas três primeiras páginas do capítulo explica a formação da religião, seus pilares e fundamentos e os conflitos que a pregação monoteísta causou na região da Península Arábica, trata da divisão entre Sunitas e Xiitas e a expansão islâmica ocorrida após a morte do principal profeta, Maomé.

É dado um espaço para explicações referentes a história da religião islâmica que não é encontrado nos capítulos anteriores, destinados a outras civilizações, como as explicações encontradas na página 130 da relação entre o islamismo e as outras religiões monoteístas, e na página 131 no “Falando nisso” (Figura 4).

Figura 4 - Nova História Integrada - Volume 1; Capítulo 8, página 131



O nono capítulo marca uma mudança, na forma como é apresentada a religiosidade na coleção. O capítulo destinado aos reinos bárbaros entra no período da história em que a fé cristã se torna fortalecida pela instituição da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), sendo a organização da igreja explicada no capítulo seguinte, no qual até mesmo no box “Vozes do passado” que se destina a explicar quem foram os germanos há uma citação tácita colocando a religião deles como inferior pois “consagram-lhes selvas e bosques, e dão nomes de deuses a esses misteriosos lugares que só olham com olhos reverentes” (FERREIRA; FERNANDES, 2015a, p. 141).

A citação seguinte relacionada a religiosidade é encontrada nas páginas 272 e 273 em um “estudo de caso” dentro da unidade 3, capítulo 16 – “O Novo Mundo”. O box com título “A religião asteca e os sacrifícios humanos” tratando também da religião Maia e Inca, embora trate de alguns nomes do panteão das sociedades mesoamericanas dando uma noção da pluralidade de deuses existentes nessa região, exalta os motivos da cultura de sacrifícios humanos em contraposição da cultura judaico-cristã.

As religiões Asteca, Maia e Inca são trabalhadas ao longo do capítulo, individualmente, que trata do “Novo mundo” (Capítulo 16) de maneira muito próxima ao que é trabalhado nos capítulos relacionados a

Mesopotâmia e Egito, fazendo a relação dos sacerdotes e a organização das “cidades estados” e o teor divino dos governantes, junto com a explicação da hierarquia social dos povos e a organização de principais cidades.

O capítulo também se destina a falar dos povos nativos que habitavam a região do atual Brasil, não havendo alusão a religiosidade dos povos que aqui habitavam, porém, dentro do tópico designado Os índios que habitavam o Brasil há um box “Falando nisso” com o título “A antropofagia”, tratando o sacrifício na região como um ato de cultura ligado a guerra e fazendo a contraposição com a visão eurocêntrica, afirmando que os “colonizadores europeus, que o despiram de qualquer significado” (FERREIRA; FERNANDES, 2015a, p. 277), trazendo uma citação de Ronald Raminelli que exemplifica a questão da antropofagia e a visão deturpada que os europeus tiveram e seus motivos (Figura 5).

Figura 5 - Nova História Integrada - Volume 1; Capítulo 16, página 277.



Ao analisar a unidade seguinte, Uma história da África a estrutura de narrativa eurocêntrica se mantém, as citações as religiosidades existentes na África são relacionadas as civilizações mediterrâneas, e as religiões Judaica, Cristã e Islâmica, afirmando que sua maior concentração estaria na região do continente acima do deserto do Saara.

Os cultos relacionados aos povos africanos aparecem na relação com a dominação da Europa no continente, e apresentando as relações e as similaridades culturais como uma justificativa para a dominação das regiões africanas.

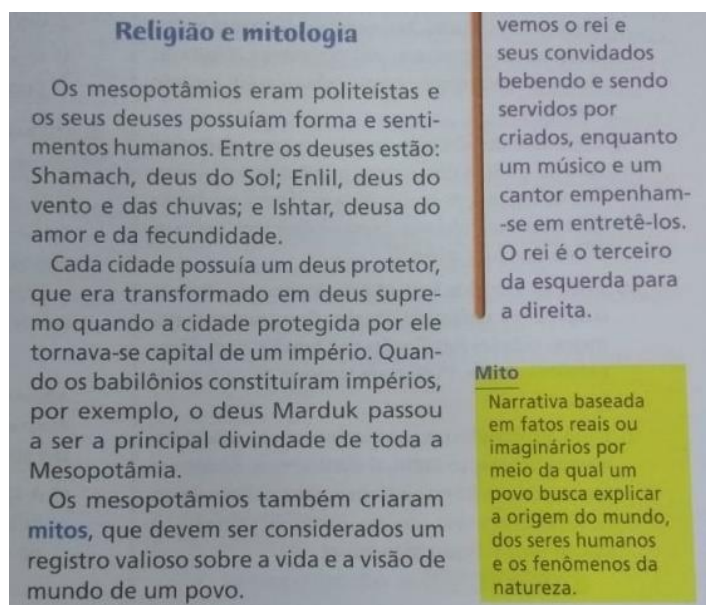
A coleção da Editora FTD embora trate em seus primeiros capítulos do surgimento do homem, e seus possíveis caminhos na ocupação do globo terrestre, incluindo os povos nativos que ocuparam o Brasil, terá sua primeira menção a religiosidade em seu terceiro capítulo – “Mesopotâmia”. Na segunda unidade do primeiro livro da coleção, no capítulo que trata da Mesopotâmia, subtítulo dedicado a Sumérios e Acádios, a menção é referente a organização política e o caráter teocrático da monarquia vigente nas cidades estado.

A primeira explicação existente quanto a religião aparece na página 57 na qual é trabalhado as características dos povos mesopotâmicos englobando a todos os povos a mesma explicação. O subtítulo “Religião e mitologia” (Figura 8) é tratado do caráter dos deuses, com sentimentos e formas humanos, e a definição de “mito” que será utilizado como registro.

O tema de Religião é apresentado dentro de um subtítulo específico nos povos seguintes: egípcios; persas; China (é abordada a filosofia Tauista), até chegarmos no capítulo oito, quando temos um capítulo específico referente a “Cultura, religião e arte grega”.

“Os Hebreus”, capítulo cinco, tem trechos ligados à sua religião, mas não como explicação do culto ou uso da mesma. Explicam sua prática religiosa dentro da lógica do legado no monoteísmo para a sociedade atual em contraposição à Monolatria, que é citado no texto como um culto comum no período, embora tenha um trecho específico para tratar de “religião e cultura” dos hebreus, a monolatria e o monoteísmo são tratadas na relação entre os povos da norte da África e Oriente Médio.

Figura 6 - Religião e Mitologia. História Sociedade & Cidadania, Volume 1, p. 57



No quarto capítulo – “África antiga: Egito e Núbia” -, destinado ao Egito, o tópico de religiosidade faz a relação entre os elementos da natureza e as divindades cultuadas, e também entre as divindades cultuadas e suas cidades.

A religião hebraica no tópico de “Religião e cultura” trata especificamente das diásporas e aos hábitos judaicos, fazendo a alusão a importância que a visão deste povo de religião alcançou dentro da sociedade ocidental, fazendo relações com o cristianismo através de um box Dialogando no livro do professor traz a resposta em torno do salvacionismo.

Para os dois povos seguintes não encontraremos um tópico específico denominado “Religião ou Religião e Cultura”. Quando tratado dos Persas o subtítulo tem o nome de “O zoroastrismo”. Inicia abordando a tolerância dos Persas com relação ao culto dos povos dominados e o respeito a estes povos, mas afirmando que mesmo com o contato cotidiano

com várias religiões, eles desenvolveram uma religião própria baseada na luta do bem contra o mal.

O oitavo capítulo, como já citado, é totalmente dedicado a cultura, religião e arte na Grécia, demonstrando uma atenção especial da editora para este tema, tendo em vista que para o mesmo tema em outros povos não foi dado mais que duas páginas.

O primeiro subtítulo “Deuses e heróis” vem organizado sobre uma narrativa de explicação de cada um dos deuses do Monte Olimpo, acompanhado de imagens que demonstram o apreço e a capacidade artística desta sociedade para detalhar seus deuses.

Não há em nenhum outro capítulo da coleção uma dedicação tão grande a explicação da religião e cultura de uma determinada civilização, demonstrando a preocupação da editora para este tema específico que é levantado em vários momentos como a origem do pensamento ocidental, e são apresentadas várias relações com o surgimento de conceitos importantes no período atual como “Democracia”, “Política”, “Retórica”.

Na unidade 3, capítulo 10 – “O Império Romano” –, dedicado ao Império Romano, há dois trechos ligados à religião: um subtítulo denominado “A religião romana” no qual trabalham os diferentes cultos Romanos até o cristianismo e um tópico chamado “Advento do cristianismo” o qual trata da origem do cristianismo e das relações do cristianismo dentro do império Romano. O cristianismo é tratado dentro das diferentes representações relacionadas a imagem de Jesus Cristo, e aprofundada durante o capítulo a mensagem que é vinculada a divindade cristã, continuando a narrativa trazendo a História da expansão do cristianismo através dos seguidores de cristo, tomando como fonte historiográfica o evangelho.

A civilização Muçulmana é tratada no capítulo 15 – “Civilização árabe-muçulmana” –, a história de Maomé é vinculada com a história do Islã, trazendo uma linha do tempo exemplificando as fases da religião entre o ano 570 até o ano 1258, também há pequenos box amarelos trazendo a definições de palavras abordadas dentro dos textos como “Alá” e “Ramadã”.

As Áfricas são abordadas no capítulo 16 - "Formação políticas africanas" -, contendo 9 páginas traz em tópicos quatro impérios: Sahel; Gana; e Mali, o povo Banto e o reino do Congo e nenhuma menção às religiões africanas. Mesmo no capítulo 6 do segundo volume "Africanos no Brasil: dominação e resistência" não há explicações quanto a religiões africanas ou de matriz africana.

Figura 7 – História Sociedade & Cidadania, Volume 2, p. 107.



No capítulo 16 é tratado da temática quilombola e da luta pelo reconhecimento por parte do estado brasileiro da posse destas terras na qual existe uma imagem de uma manifestação que faz menção a luta pela liberdade religiosa dos descendentes de escravizados africanos no Brasil (Figura 07).

Também não se encontra nos volumes trechos que abordem a religiosidade dos povos nativos americanos, embora haja capítulos dedicados a estes povos, as questões religiosas destes povos são negligenciadas mesmo dentro de sua influência na política, não havendo

citações referentes aos cultos destes povos nem mesmo em seus hábitos culturais ou no estranhamento entre os colonizadores europeus.

Os indícios apresentados no início deste trabalho, considerando um olhar decolonial de que a academia segue padrões eurocêntricos, também se expressa nos livros didáticos contidos no PNLD de 2015.

É notório na análise feita das coleções didáticas o peso com que aparecem a cultura focada no continente europeu, a forma como são apresentadas e o espaço dado para as culturas europeias demonstram o quanto o nosso pensamento é pautado na História escrita no velho continente.

As coleções trabalham, na maioria das vezes, as questões religiosas dentro da chave da cultura de cada um dos povos, sendo assim, nas considerações finais referentes a esta análise do trabalho, muitas vezes, com o termo "cultura" sem diferenciar se está sendo tratado de religião ou de uma cultura ligada a artes, política, língua ou costumes por haver pouco material relacionado a determinadas populações.

O descaso com os outros continentes e com a sua história e cultura acabam por justificar a interferência feita pelos países europeus em sua história e cultura, ao se omitir dentro dos itens destinados aos povos nativos africanos e aos povos nativos americanos trechos relacionados a suas religiões se enfraquece a sua narrativa enquanto cultura ocupada e destruída, deixando margem para interpretações que colaboram com a desigualdade social étnica existente no Brasil. Quando determinado indivíduo não se vê inserido na educação ele acaba por não valorizar a educação que está recebendo (FREIRE, 1996).

A forma de culto religioso dos povos considerados pelas coleções como civilizados da América Latina, ou seja, Incas, Maias e Astecas, é narrado apenas como uma curiosidade que causou estranheza por parte dos europeus, o sacrifício humano é narrado como algo bárbaro e dentro da ótica dos estranhamentos do período da "descoberta" das Américas, cujo foco é nas distorções contadas na Europa - normalmente relacionando a antropofagia ou a um ritual festivo. Pequeno espaço é destinado aos povos

que são considerados “não civilizados”, e sua organização é tratada dentro da ótica da marcação de tempo, por não possuírem escrita.

Aos povos africanos é dado menor espaço. Ainda é uma narração pautada na sua diversidade cultural e étnica, seus vários Reinos e as relações feitas antes do contato das nações europeias no século XV. Não há espaço para as religiões de matriz africana ou quando há, pouco é tratado sobre estes povos que foram escravizados. Sua influência cultural e religiosa não é abordada nem nas relações existentes na cultura dos países colonizados. A sensação ao final da pesquisa é que se acredita que haja apenas uma cultura nacional, a passividade cultural foi encontrada dentro dos países colonizados através de acordos políticos feitos e organizados através de grandes homens.

As coleções didáticas estão negando o aprendizado das diferentes culturas que compõem nosso país, mantém a estrutura dos colonizadores europeus no Brasil, que, subjugarão as culturas locais e se negaram a aprender com as diferenças existentes entre os povos. Reinaldo Matias Fleuri em seu artigo “Relações interculturais, diversidade religiosa e educação: desafios e possibilidades” vai mais longe afirma que se tivéssemos aprendido com os povos “aborígenes”, hoje, “Certamente as gerações seguintes não teriam a situação catastrófica em que hoje nos encontramos em termos de sustentabilidade da vida e da convivência no planeta!” (FLEURI, 2013, p. 59), fazendo uma análise totalizante de algo que não existe.

Essa diversidade cultural que limita os estudantes, confirmando a cultura dos colonizadores e exclui os povos subalternizados retirando deles sua identidade própria, deixando todo o peso em abordar e debater estes assuntos em sala sob a responsabilidade do professor, que, muitas vezes, está inserido no ensino superior que mantém a estrutura de ensino eurocêntrica que pouco fala das culturas dos povos que foram ocupados e dizimados pelo domínio europeu.

Um país de proporções continentais tem dentro de si uma quantidade imensa de culturas e o silêncio do Livro Didático quanto à estas culturas contribui para o agravamento dos preconceitos. A falta de menção

a estas culturas demonstra o interesse no esquecimento das problemáticas que envolvem essas populações, “bem como ênfase na racionalidade eurocêntrica” que foram trazidas para o Brasil e escravizadas. Não descartamos a hipótese de que há um aspecto de naturalização da escravidão em alguns trechos dos livros analisados.

Essa designação de concordância das religiões e sua presença foram sentidas na análise das coleções, a forte influência da cultura ocidental e sua organização de discurso de criação, a sucessão de fatos que se originam nos povos do Mediterrâneo acaba por fortalecer essa identidade hegemônica de cultura.

As religiões da antiguidade se sucedem de maneira harmoniosa, hora sendo assimiladas por outras culturas, como a Grega pelos romanos, hora sendo subjugada, como a Romana pela Cristã. Esta narrativa sempre pendendo a uma análise linear de continuidade e de sucessão de fatos gradativamente, “perseguição religiosa” é apenas tratado quando relacionado com os cristãos que são perseguidos pelos romanos, sendo esta análise motivada pela importância dada pelo livro didático ao cristianismo e esta perseguição fazer parte da Bíblia, ou para reforçar uma narrativa judaico-cristã de opressões sofridas ao longo da história.

Até mesmo a catequese imposta aos nativos americanos pelos padres jesuítas no Brasil não ganha os mesmos traços de narrativa como as perseguições aos judeus, as opressões e imposições feitas contra os povos que foram escravizados e subjugados no decorrer de nossa história aparecem apenas pela violência física em meio a uma narrativa econômica que pouco trata das temáticas culturais e sincréticas no Brasil.

Embora com diferenças de argumentação e de apresentação dos conteúdos ambas as coleções se assemelham no tratamento da cultura e da religião dos povos não europeus. No livro da editora FTD cultura e religião são tratados na mesma esfera de importância, tendo normalmente um subtítulo relacionado a isto em cada uma das civilizações europeias, colocando a religião de cada uma das civilizações como um diferencial que explica costumes e política. Traços marcantes ligados a uma identidade

cultural ligada ao processo civilizatório que é representada por estas civilizações.

Considerações Finais

A visão eurocêntrica contida nos volumes é derivada de um modelo que se instala no Brasil junto com a formação histórica do país, o nacionalismo apaixonado e a defesa do modelo de escrita que embasa nossa sociedade é defendido ainda em nossas academias e ensinados em sala de aula, não nos afastamos de nossos colonizadores e de suas estruturas, ainda somos marginalizados e defendemos o ponto de vista de nosso colonizador.

Utilizamos máscaras de nossos colonizadores, olhamos para a história de nossos colonizadores como um modelo a ser seguido que explica nossa história dentro de nossos livros didáticos, não tratamos de nossa desigualdade e identidade de maneira isolada, como os homens martinicanos que desejam mulheres brancas como destacado no livro de Franz Fanon "Peles negras, máscaras brancas" e não debatemos nosso local de fala, não colocamos em perspectiva nossas necessidades como sociedade.

É possível ver como a história dos povos dominados, o resto, tem menor expressão dentro dos volumes. Tendo sempre a condução da Europa e suas relações com outros países, as discussões de exploração e opressão feitos ao longo do período de colonização foram abafados, esta perspectiva se torna cada vez mais clara a medida em que aprofundamos nossa análise em direção ao foco deste trabalho no segundo capítulo. A religiosidade, no qual a cultura e as religiosidades têm diferentes espaços, minimizando as várias Áfricas e as várias Américas ao ponto de homogeneizar, e, porque não dizer, justificar o caráter civilizatório do colonizador.

De modo geral, as temáticas apresentadas nos dois livros analisados não se abrem nos volumes para auxiliar o professor na sala de aula a

romper com os padrões sociais, apenas corroboram para a manutenção das questões presentes na sociedade.

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 1º ano*. São Paulo: FTD, 2013.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 2º ano*. São Paulo: FTD, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 235-250, 2012.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Luiz E. O.; FERREIRA, João Paulo M. H. *Nova História Integrada*. São Paulo: CDE, 2015. v.1.

FLEURI, Reinaldo Matias. *Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver*. Blumenau: Edifurb, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. Que "negro" é esse na cultura popular negra? *Revista Lugar Comum*, n. 13-14, p. 147-159, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MIGNOLO, Walter D. La lengua, la letra, el territorio: o lacrisis de los estúdios lierários coloniales. University of Michigan - Departament of Romance Language, v. 11. n. 28/29, p. 137-160. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. Diálogos sobre o exercício da docência: recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 147-172, 2010.

Recebido em 30 de setembro de 2018

Aceito em 14 de março de 2019